



**Relatório da Administração em 31 de dezembro de 2025**

**CONTEXTO OPERACIONAL:** A Vast Infraestrutura S.A. ("Vast" ou a "Companhia") tem sede no Brasil, na Rua Lauro Muller - 116, edifício Rio Sul Center, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ. A Companhia tem por objeto a prestação de serviços logísticos de "double-banking transshipment", que ocorre quando os navios estão atracados no pier, para o transporte de carga líquida. A Companhia anuncia seus resultados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Companhia possui dois terminais: o primeiro, localizado no Terminal 1 do Porto do Açu ("T-Oil ou T1"), é dedicado a atividades de transbordo de petróleo e possui três berços disponíveis ao longo do quebra-mar de 1,4 km, sendo que dois deles, os berços Norte e Central, têm capacidade para receber até navios exportadores tipo Very Large Crude Carrier ("VLCC") e o berço Sul, com capacidade para operar até navios Suezmax. O segundo terminal, adquirido em outubro de 2024, está localizado no terminal 2 ("T2") do Porto do Açu e é composto por dois piers onde a Companhia atualmente oferece serviços de transbordo de combustível marítimo (MGO).

**DESTAQUES DO ANO:** • Receita líquida de R\$ 1.095,8 milhões em 2025; • 230 operações faturadas; • Crescimento do EBITDA ajustado em 15%, que alcançou R\$ 615,4 milhões; • Assinatura de novos contratos Take-or-Pay com a Shell, CNOOC, Petrochina, Total Energies e BW, todos relacionados a serviços de transbordo de petróleo no T-Oil; • A construção do Terminal de Líquidos do Açu ("TLA") começou no terceiro trimestre de 2025 e deve ser concluída até o final de 2026. Este terminal será uma instalação estratégica para o movimento de grãos líquido, com capacidade para atender operações de petróleo e derivados.

**DADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS**

Dados Financeiros (em R\$ milhões)	2025	2024	%	Var.	
Receita líquida de serviços	1.095,8	913,0	20,0%	182,8	
Custo dos serviços prestados	(540,2)	(445,9)	21,1%	(94,3)	
Lucro bruto	555,6	467,1	18,9%	88,5	
Despesas gerais e administrativas	(61,6)	(48,8)	26,2%	(12,8)	
Lucro líquido do exercício	132,0	181,7	(27,3%)	(49,7)	
EBITDA ajustado*	615,4	535,2	15,0%	80,2	
Margem EBITDA ajustado	56,2%	58,6%	(2,4 p.p.)	-	
<b>Dados operacionais</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Operações faturadas	230	191	215	166	123

**VISÃO GERAL:** Somos proprietários do maior terminal privado de exportação de petróleo do Brasil, prestando serviços de transbordo de petróleo bruto de forma segura, eficiente e confiável para navios de exportação de grande porte e único com capacidade para operar navios do tipo VLCC. Nossos clientes são empresas petrolíferas globais, bem como a empresa nacional de petróleo do Brasil, a Petrobras. Realizamos nossos negócios no Terminal de Petróleo, que faz parte do Complexo Portuário do Açu, o maior complexo industrial portuário totalmente privado do Brasil, estrategicamente localizado próximo às bacias de Campos e Santos, as maiores bacias de petróleo offshore do Brasil no coração do polígono do pré-sal. Os serviços de infraestrutura logística da Vast consistem no *double-banking transshipment* de petróleo bruto no Terminal de Petróleo, facilitando a transferência do petróleo produzido offshore de navios-tanque de posicionamento dinâmico, ou navios-tanque DP, para navios-tanque convencionais de exportação de maior porte, como os navios Suezmax e VLCC (*Very Large Crude Carrier*). Com a aquisição do Terminal de Combustíveis Marítimos do Açu (TECMA) novos serviços são inseridos à carteira da Companhia ligados a operações portuárias. Localizado no Porto do Açu, em São João da Barra, Rio de Janeiro, este terminal oferece serviços de abastecimento para embarcações que operam tanto no porto quanto em áreas offshore próximas. A infraestrutura do terminal permite atender a navios de diversos portes e atividades, garantindo flexibilidade operacional para fornecer Marine Gas Oil (MGO) diretamente no Porto do Açu ou em plataformas offshore. Com a aquisição da TECMA, há o avanço do projeto do Terminal de Líquidos do Açu (TLA) sendo uma instalação estratégica para o movimento de grãos líquidos, com capacidade para atender operações de petróleo e derivados. O TLA é projetado para armazenamento e movimentação segura de produtos líquidos em larga escala, incluindo combustíveis e químicos, contribuindo para a eficiência logística do complexo portuário. Ambos os

terminais fazem parte do ecossistema da Vast no Porto do Açu, consolidando sua posição como um hub logístico e energético de relevância internacional.

**ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE:** Relacionado aos aspectos de sustentabilidade (ESG), seguimos evoluindo com foco no desenvolvimento das iniciativas alinhadas às diretrizes da nossa política. Os principais destaques de 2025 são descritos a seguir: • Em março de 2025, a Vast conquistou a medalha de prata no EcoVadis, rating francês que avalia desempenho em critérios ambientais, sociais e de governança, reforçando o compromisso com práticas sustentáveis; • Em setembro de 2025, o projeto Aves do Açu conquistou o 1º lugar no Prêmio Firjan de Sustentabilidade, na categoria Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos; • Ainda em setembro, a Vast realizou o primeiro abastecimento com HVO no setor marítimo brasileiro, no TLA, em parceria com a OceanPact Serviços Marítimos, como parte da parceria firmada em maio para fomentar o uso de biocombustíveis no Porto do Açu; • Em outubro, a Vast, em parceria com a Wilson Sons, realizou um feito inédito no país: pela primeira vez, todos os rebocadores utilizados em uma manobra marítima operaram com HVO no T-Oil, com participação de cinco rebocadores; • Em novembro de 2025, a Vast recebeu o Selo Diamante, maior reconhecimento do Pacto pela Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), concedido após avaliação técnica baseada em evidências e indicadores de desempenho, com entrega durante a COP30; • Ainda em novembro de 2025, a Vast realizou no T-Oil o Simulado Anual do PEI (full deployment), com mobilização de 100% dos recursos de contenção e recolhimento de óleo no mar. O exercício envolveu 172 participantes, com atuação presencial e remota nos postos de comando de São João da Barra e da sede no Rio de Janeiro; • Em dezembro de 2025, a edição de 2025 do programa Start foi concluído, em seu segundo ano, com 3 projetos de inovação e 6 iniciativas de melhoria contínua, fortalecendo a cultura de inovação da companhia; • Ainda em dezembro, a Vast alcançou a nota A- no Carbon Disclosure Project (CDP), na faixa de Liderança, sendo reconhecida como referência setorial. O resultado reflete um esforço multidisciplinar para consolidar dados ambientais (incluindo emissões), fortalecer a governança, avaliar e quantificar riscos e oportunidades climáticas e incorporar esses insumos à estratégia e à tomada de decisão; • Ao longo de 2025, a Vast realizou seus primeiros projetos incentivados (Conectados do Bem, Partiu Trabalho!, Cinemateca e Do Descarte à Arte), com 300 participantes diretos e 1.055 pessoas impactadas por meio de exposições e outras atividades que fortaleceram e enriqueceram as agendas extracurriculares; • Ao longo de 2025, dando continuidade ao "Lixo é um Luxo", projeto de economia circular iniciado no programa Start, vendemos 7,5 toneladas de resíduos.

**PESSOAS:** Visando promover a Diversidade, Equidade e Inclusão dentro da Vast, a estratégia da Companhia busca a definição de políticas, processos e programas inclusivos e os compromissos específicos com os seguintes temas: distribuição étnico-racial, distribuição de gênero, pessoas com deficiência, orientação sexual, expressão e identidade de gênero e mobilidade social especificamente com relação ao tema de equidade de gênero, a Administração prevê em sua política interna a promoção de equidade de gênero através de (i) garantia de oportunidades de carreira às mulheres, a fim de aumentar a proporção de mulheres nos cargos de liderança, sobretudo nos de alta liderança. A exemplo disso, em 2025 a Companhia lançou um programa de aceleração de carreira feminina. (ii) ampliação da presença de mulheres em posições operacionais dentro da Vast e promover ações que incentivem os fornecedores a promoverem a equidade de gênero.

**PERFORMANCE FINANCEIRA: Receita líquida:** A receita líquida de serviços teve um aumento de R\$ 182,8 milhões (20,0%), passando de R\$ 913,0 milhões em 2024 para R\$ 1.095,8 milhões em 2025. Essa variação ocorreu devido à maior quantidade de operações faturadas, sendo 230 em 2025 contra 191 em 2024. **Custos dos serviços prestados:** A Companhia registrou custo dos serviços prestados ("CSP") no valor de R\$ 540,2 milhões em 2025, um aumento de 21,1% quando comparado aos R\$ 445,9 milhões observados no ano anterior. Este aumento está relacionado principalmente ao aumento no volume de operações, que ocasionou aumento dos custos dos serviços portuários (praticagem, tarifas portuárias e rebocadores) que são de natureza variável. **Lucro bruto:** O lucro bruto aumentou R\$ 88,5 milhões, ou 18,9%, de R\$ 467,1 milhões em 2024 para R\$ 555,6 milhões em 2025, em decorrência dos fatores explicados na receita e no custo acima. **Despesas gerais e administrativas:** As despesas gerais e administrativas sofreram um

aumento de R\$ 12,8 milhões (26,2%), passando de R\$ 48,8 milhões em 2024 para R\$ 61,6 milhões em 2025.

**Conciliação do EBITDA ajustado**

EBITDA ajustado (em R\$ milhões)	2025	2024	Var.	%
Lucro líquido do exercício	132,0	181,7	(49,7)	(27,4%)
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	149,2	(53,2)	202,4	(380,5%)
(+) Resultado financeiro	174,0	304,4	(130,4)	(42,8%)
(+) Depreciação e amortização	121,4	116,8	4,6	3,9%
(+/-) Outros Resultados Operacionais	38,8	(14,5)	53,3	(367,6%)
(-) EBITDA ajustado*	615,4	535,2	80,2	15,0%
Margem EBITDA ajustado*	56,2%	58,6%	(2,4 p.p.)	-

\*O EBITDA ajustado e a Margem EBITDA ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos. O EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustado não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. O EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustado são indicadores financeiros utilizados pela Companhia para proporcionar informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e da capacidade de cobrir sua necessidade de capital de giro. A Margem EBITDA ajustado representa o EBITDA ajustado do período dividido pela receita líquida. O EBITDA ajustado em reais apresenta um aumento de R\$ 80,2 milhões (15,0%), passando de R\$ 535,2 milhões em 2024 para R\$ 615,4 milhões em 2025. Isso se deve principalmente à maior quantidade de operações faturadas, sendo 230 em 2025 comparado a 191 em 2024.

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES:** Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com o conteúdo das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre estas demonstrações financeiras.

**RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES:** Em conformidade com a Instrução CVM 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento consultar seus auditores independentes, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, no sentido de assegurar-se de que a prestação de outros serviços não venha a afetar a sua independência e objetividade necessários ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Na contratação desses serviços as práticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

**AGRADECIMENTOS:** Queremos agradecer, nesta oportunidade, a todos nossos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores, parceiros e a comunidade em geral pela confiança e parceria ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

**A Administração**Disclaimer: Esse documento foi preparado pela Vast Infraestrutura S.A. visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Companhia e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Vast Infraestrutura S.A. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

**Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)**

Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
<b>Ativo</b>									
<b>Circulante</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	4	258.146	11.421	377.182	203.471				
Títulos e valores mobiliários	5	1.510	288.776	377.676	636.782				
Adiantamentos		1.630	958	1.900	958				
Clientes	7	180.620	112.744	182.983	114.412				
Impostos a recuperar	8	17.915	5.260	23.139	6.970				
IRPJ e CSLL a recuperar	8	34	-	34	-				
Contas a receber de partes relacionadas	9	2.380	603	-	-				
Dividendos a receber		-	3.641	-	-				
Despesas antecipadas		4.813	2.701	6.177	2.799				
Outros ativos circulantes		1	1	1	1				
		<b>467.049</b>	<b>426.105</b>	<b>969.092</b>	<b>965.393</b>				
<b>Não circulante</b>									
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	2.647.622	3.288.100				
Depósitos vinculados	6	233.987	251.603	233.987	251.603				
Partes relacionadas a receber	9	314.055	314.054	314.055	314.054				
Outros ativos não circulantes		310	312	310	311				
		<b>548.352</b>	<b>566.969</b>	<b>3.195.974</b>	<b>3.854.068</b>				
Investimento	1a	393.488	439.960	-	-				
Imobilizado	10	1.386.465	1.698.316	1.559.391	1.792.525				
Intangível	11	53.259	77.404	64.263	90.210				
Direito de uso de arrendamento	12	2.036	3.196	36.603	47.106				
		<b>1.835.248</b>	<b>2.218.876</b>	<b>1.660.257</b>	<b>1.929.841</b>				
<b>Total de ativos</b>		<b>2.850.649</b>	<b>3.210.950</b>	<b>5.825.323</b>	<b>6.749.302</b>				
<b>Passivo</b>									
<b>Circulante</b>									
Fornecedores		71.268	38.061	83.179	40.002				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	381.338	353.885	757.503	701.891				
Salários e encargos a recolher		18.981	17.688	22.119	17.688				
IRPJ e CSLL a recolher	14	-	23.661	189	23.797				
Impostos e contribuições a recolher	14	14.780	13.382	15.949	13.588				
Passivo de arrendamento	12	611	356	611	1.372				
Partes relacionadas a pagar	9	12.615	26.288	12.632	26.612				
Provisão para Contingências	15	-	109	-	109				
Outros passivos circulantes		651	185	651	185				
		<b>500.244</b>	<b>473.615</b>	<b>892.833</b>	<b>825.244</b>				
<b>Não circulante</b>									
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	2.614.467	3.247.433	5.159.208	6.391.280				
Impostos diferidos	8	118.072	79.468	117.805	78.450				
Passivo de arrendamento	12	1.516	2.518	39.127	46.412				
Partes relacionadas a pagar	9	15.211	26.844	15.211	26.844				
Dividendos a Pagar	16 c	64.179	75.877	64.179	75.877				
		<b>2.813.445</b>	<b>3.432.140</b>	<b>5.395.530</b>	<b>6.618.863</b>				
<b>Patrimônio líquido</b>									
Capital social	16	110.915	110.915	110.915	110.915				
Reserva de capital		(1.124.252)	(1.124.252)	(1.124.252)	(1.124.252)				
Reserva de lucros		387.337	243.605	387.337	243.605				
Outros		17.045	17.045	17.045	17.045				
Ajuste acumulado de conversão		145.915	57.882	145.915	57.882				
		<b>(463.040)</b>	<b>(694.805)</b>	<b>(463.040)</b>	<b>(694.805)</b>				
<b>Total de passivos</b>		<b>2.850.649</b>	<b>3.210.950</b>	<b>5.825.323</b>	<b>6.749.302</b>				

**Demonstração do resultado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
Receita líquida de serviços	17	1.086.067	910.884	1.095.808	913.027
Custo dos serviços prestados	18	(524.393)	(443.921)	(540.189)	(445.857)
<b>Lucro bruto</b>		<b>561.674</b>	<b>466.963</b>	<b>555.619</b>	<b>467.170</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	19	(59.816)	(46.936)	(61.612)	(48.799)
Outras receitas (despesas) operacionais	10	(38.682)	879	(38.760)	26
Ganho por compra vantajosa	23	-	14.470	-	14.470
		<b>(98.498)</b>	<b>(31.587)</b>	<b>(100.372)</b>	<b>(34.303)</b>
Resultado de equivalência patrimonial		(21.705)	(15.742)	-	-
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>441.471</b>	<b>419.634</b>	<b>455.247</b>	<b>432.867</b>
Receitas financeiras	20	116.922	98.484	366.334	350.087
Despesas financeiras	20	(280.743)	(394.680)	(540.360)	(654.484)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(163.821)</b>	<b>(296.196)</b>	<b>(174.026)</b>	<b>(304.397)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>277.650</b>	<b>123.438</b>	<b>281.221</b>	<b>128.470</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(80.800)	(109.602)	(83.620)	(115.646)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(64.815)	167.865	(65.566)	168.877
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>132.035</b>	<b>181.701</b>	<b>132.035</b>	<b>181.701</b>
<b>Resultado por ação</b>					
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	21	0,2954	0,4065	0,2954	0,4065

**Demonstração do resultado abrangente**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
Lucro líquido do exercício		132.035	181.701	132.035	181.701
<b>Outros resultados abrangentes:</b>					
Ajuste acumulado de conversão		88.033	(222.679)	88.033	(222.679)
<b>Total dos resultados abrangentes do período</b>		<b>220.068</b>	<b>(40.978)</b>	<b>220.068</b>	<b>(40.978)</b>

**Demonstração dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>					
Lucro antes dos impostos		277.650	123.438	281.221	128.470



contrato é válido até dezembro de 2025. Em 06 de agosto de 2025, a Companhia assinou um novo contrato Spot com a CNOOC. O contrato é válido até dezembro de 2025. **c. Base de continuidade:** As demonstrações financeiras consolidadas individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade, o que pressupõe que a Companhia será capaz de liquidar seus passivos, incluindo os prazos de reembolso obrigatório dos Empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme divulgado na nota explicativa 13. A Companhia possui patrimônio líquido negativo de R\$ 463.040 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 694.805 em 31 de dezembro de 2024). Porém, nessa data, o ativo circulante consolidado supera o passivo circulante consolidado em R\$ 76.259 (R\$ 140.149 em 31 de dezembro de 2024), demonstrando assim a capacidade financeira da Companhia para honrar suas obrigações. Além disso, a Companhia gerou fluxos de caixa consolidado provenientes de suas operações de R\$ 439.058 no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 508.316 no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024). A administração acredita que o pagamento do principal e dos juros dos títulos será coberto pelos fluxos de caixa operacionais. A administração está confiante no crescimento operacional e que o negócio gerará recursos suficientes para atender às necessidades de fluxo de caixa. Com base nesses fatores, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia possui e terá recursos adequados para continuar operando no futuro próximo, além de honrar os fluxos de pagamento da estrutura da dívida, que vence em 2035. **d. Monitoramento de Eventos Macroeconômicos, Climáticos e Regulatórios:** A Administração da Companhia monitora fatores externos que podem afetar suas operações, posição financeira, desempenho e fluxos de caixa, incluindo mudanças no ambiente macroeconômico, conflitos geopolíticos internacionais, temas relacionados ao clima e alterações relevantes no ambiente regulatório e tributário brasileiro. Esses temas são considerados, quando aplicável, nos processos de gestão de riscos da Companhia, no planejamento operacional e na avaliação de estimativas contábeis significativas, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis às companhias de grande porte e às demais entidades não reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os principais itens atualmente monitorados pela Administração são apresentados a seguir. **Conflitos geopolíticos e ambiente macroeconômico:** A Administração acompanha a evolução de conflitos geopolíticos internacionais e seus potenciais efeitos sobre a economia, incluindo impactos em cadeias de suprimentos, preços de energia e insumos, taxas de câmbio, custos logísticos, inflação e condições de financiamento. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos diretos ou indiretos relevantes na posição financeira, no desempenho operacional ou nos fluxos de caixa da Companhia. A Administração continuará monitorando a evolução desses eventos e avaliará tempestivamente eventuais efeitos futuros, quando aplicável. **Temas climáticos:** A Administração da Companhia monitora a evolução de normas contábeis, regulatórias e de mercado relacionadas às mudanças climáticas, incluindo orientações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como iniciativas de divulgação, como as recomendações das normas do International Sustainability Standards Board (ISSB). A governança climática está integrada à estrutura de governança corporativa da Companhia, com supervisão pelo Conselho de Administração e monitoramento periódico pela Administração Executiva. Os riscos e oportunidades relacionados ao clima são avaliados no âmbito do processo corporativo de gestão de riscos. Até o momento, a Companhia ainda não concluiu uma avaliação abrangente para determinar se riscos e oportunidades relacionados ao clima podem gerar efeitos relevantes no reconhecimento, mensuração ou divulgação nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Administração ressalta que os processos de identificação, avaliação quantitativa, análise de cenários e monitoramento contínuo desses riscos ainda se encontram em fase de desenvolvimento e aprimoramento. Dessa forma, a medida que metodologias, premissas e dados disponíveis evoluem, potenciais impactos poderão ser identificados e reconhecidos em períodos futuros. As estimativas e julgamentos permanecem sujeitos às incertezas inerentes à evolução de fatores climáticos, regulatórios, tecnológicos e de mercado. **Reforma tributária no Brasil:** A reforma da tributação sobre o consumo ("Reforma Tributária") estabeleça a substituição de quatro tributos atualmente incidentes sobre o consumo - PIS, COFINS, ICMS e ISS - por dois novos tributos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Adicionalmente, institui o Imposto Seletivo (IS), aplicável a produtos considerados prejudiciais à saúde e/ou ao meio ambiente, e prevê a redução do escopo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Os novos tributos e respectivas alíquotas entrarão em vigor de forma gradual a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo esperada a substituição integral dos tributos atuais até 2033. A Administração vem acompanhando os desdobramentos legislativos e regulatórios relacionados à Reforma Tributária, incluindo seus potenciais impactos sobre: • a carga tributária efetiva incidente sobre receitas, custos e margens operacionais; • a precificação de produtos e serviços; • as cadeias de suprimentos; • créditos tributários existentes, regimes especiais e incentivos fiscais; e • sistemas, processos e controles internos necessários ao cumprimento das novas obrigações acessórias. A Companhia ainda se encontra em processo de avaliação dos potenciais efeitos da Reforma Tributária e não concluiu uma análise que permita determinar de forma confiável a existência de impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

**2. Base de preparação e apresentação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, a legislação societária, os Procedimentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB). A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em 27 de fevereiro de 2026. Desta forma, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram eventos subsequentes que possam ter efeito sobre estas demonstrações até a referida data. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às práticas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos títulos e valores mobiliários, que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma Companhia é a moeda do principal ambiente econômico em que está inserido e deve ser a moeda que melhor reflete os negócios e operações da Companhia. A administração concluiu que o dólar norte-americano ("US\$") é sua moeda funcional. Essa conclusão está baseada nos indicadores primários e secundários previstos no CPC 02 (R2), norma contábil que trata dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e da conversão das demonstrações financeiras. A moeda de apresentação é a moeda em que as demonstrações financeiras são apresentadas e normalmente definida em função de obrigações legais da Companhia. Em atendimento à legislação brasileira, estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios: Ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento do período; Contas do resultado pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrências das transações; Demonstração dos fluxos de caixa pela taxa média anual; e Patrimônio líquido ao valor histórico de formação. As principais taxas cambiais utilizadas pela Companhia para converter suas operações são as seguintes:

	Taxa de fechamento		Taxa de média	
	2025	2024	2025	2024
Reais ("R\$")	5,5024	6,1923	5,5824	5,3920
Euro ("EUR" ou "€")	1,1757	1,0394	1,1312	1,0824

**d. Uso de julgamentos e estimativas:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. A Companhia realiza revisão de suas premissas ao menos anualmente. As revisões são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a julgamentos e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota 8 - Reconhecimento de impostos de renda e contribuição social diferidos;** **• Nota 10 - Imobilizado;** **• Nota 12 - Direito de uso e Passivo de Arrendamento.** As informações sobre os julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referem-se principalmente a julgamentos realizados para a definição do dólar norte-americano como moeda funcional, em consonância com o CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Quando os indicadores para a determinação da moeda funcional não é um processo tão óbvio, a administração deve se valer de julgamento para determinar a moeda funcional que representa com maior fidelidade os efeitos econômicos das transações, eventos e condições subjacentes. Para a realização deste julgamento, a administração considera as seguintes características: A moeda que mais influencia os preços de venda de serviços da Companhia é o dólar norte-americano. A Companhia entende que parte substancial das transações de sua operação tem como base os preços definidos em dólar americano, ainda que sejam contratos com clientes e fornecedores domésticos. Com exceção do contrato com a Petrobras, todos os demais contratos da companhia são referenciados em dólar norte americano, a exemplo dos contratos de "Take-or-Pay" mencionados na nota 22. A moeda que mais influencia os custos para o fornecimento de serviços é o dólar norte-americano, considerando que a Companhia possui custos diretamente ligados a operação denominados em dólar, a exemplo das tarifas portuárias e custos com o operador portuário. A Nota de Crédito à Exportação e o financiamento via debêntures cambiais são denominados em dólar e representam a totalidade dos empréstimos obtidos, que são recursos utilizados para o financiamento da operação da Companhia. Com base nas definições supracitadas e nas características apresentadas, a Companhia entende ser adequada a definição do dólar norte-americano como moeda funcional.

**3. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas nas respectivas notas explicativas. As políticas contábeis foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados. **a. Base de consolidação: Combinação de Negócios:** Combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a outra Entidade ou Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, avalia-se se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuem, significativamente, para a capacidade de gerar output. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes, que são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Da mesma forma, qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente for classificada como instrumento patrimonial, ela não é remensurada e sua liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório, e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Além disso, ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios são mensurados ao valor justo na data de aquisição, conforme exigido pelo IFRS 3 - Combinação de Negócios. Isso significa que os ativos identificáveis, incluindo ativos intangíveis adquiridos, e passivos assumidos são ajustados ao seu valor justo, independentemente dos valores previamente registrados na entidade adquirida. • Os ativos financeiros e passivos financeiros adquiridos são classificados e mensurados de acordo com o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48), o que pode resultar na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou outro resultado abrangente. • Os ativos imobilizados e intangíveis adquiridos são reconhecidos a valor justo, o que pode impactar a depreciação e amortização futura. •

Provisões, incluindo contingências passivas, só são reconhecidas se atenderem aos critérios de reconhecimento previstos no IFRS 3, sendo inicialmente mensuradas a valor justo. O reconhecimento inicial a valor justo pode impactar ganhos e perdas futuras quando os ativos e passivos forem subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou conforme sua política contábil aplicável. Em determinadas situações, a aquisição de uma entidade pode ser estruturada por meio de uma contribuição de capital (capital contribution), na qual os acionistas da entidade adquirida transferem ativos ou participações para a adquirente sem uma contraprestação financeira imediata. **Controladas:** As controladas são entidades controladas pela Companhia. A Companhia "controla" uma entidade quando está exposta a, ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o controle se inicia até a data em que o controle cessa. O controle da empresa Açu Petróleo Luxembourg pela Vast iniciou-se em dezembro do ano de 2021. Em 2023, a Vast constituiu, como única acionista, a Vast Terminais e Dutos S.A. ("Vast Dutos"). Em outubro de 2024, a Vast adquiriu 100% da TECMA da NFx. **Transações eliminadas na consolidação:** Os saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas e despesas não realizadas (exceto ganhos ou perdas em transações em moeda estrangeira) decorrentes de transações intragrupo são eliminados. **Transações em moeda estrangeira:** As transações em moedas estrangeiras são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do balanço. Ativos e passivos não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos para a taxa de câmbio da data da transação. As diferenças de moeda estrangeira são geralmente reconhecidas no resultado e apresentadas nas despesas financeiras. **b. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança do modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui instrumentos que se qualifiquem como mensurados ao valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA). Todos os demais ativos financeiros, não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivo assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Redução ao valor recuperável: Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AAA e AA+, baseado nas principais agências de rating, sendo elas S&P, Moody's e Fitch. A Companhia também possui fundos de investimento de renda fixa. Esses ativos financeiros possuem liquidez imediata e estão apresentados no ativo circulante. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de créditos externos das contrapartes. **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se ao investimento em fundo cambial, realizado para proteger o caixa mantido em reais das oscilações de câmbio do dólar americano, pois a Vast Infraestrutura adota o dólar americano como moeda funcional e recursos em reais mantidos em um fundo cambial no Brasil servindo como garantias exigidas pela nova dívida. Os títulos classificados como custo amortizado referem-se a Nota de crédito vinculada ("CLN") mantidos na controlada para a internalização dos recursos na Companhia através da Nota de Crédito à Exportação ("NCE") adquirida pelo Banco Itaú e uma debênture cambial subscrita pelo Banco Santander. **Depósitos vinculados:** São recursos servindo como garantias exigidas pelo acordo na internalização dos recursos provenientes da emissão de títulos através da Nota de Crédito à Exportação ("NCE") adquirida pelo Banco Itaú e uma debênture cambial subscrita pelo Banco Santander. A Companhia tem recursos constituídos em dólar no exterior junto ao Citibank e recursos em reais no Brasil em um fundo cambial. Com base nas restrições contratuais para uso desses recursos, estes depósitos não são classificados como equivalentes de caixa e, com base em sua expectativa de realização, são apresentados no ativo não circulante. **Clientes:** As taxas de perda são baseadas nas experiências reais de perda de crédito verificadas nos últimos anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis. **c. Resultado financeiro:** O resultado financeiro da Companhia inclui: • Rendimentos de juros; • Despesa de juros; • O ganho ou perda líquida em ativos financeiros no valor justo por meio do resultado; • O ganho ou perda cambial sobre ativos e passivos financeiros. Ao calcular a receita e a despesa de juros, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não apresenta perda de crédito) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, para ativos financeiros que tenham sofrido perda de crédito após o reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se o ativo não estiver mais com imparidade de crédito, o cálculo da receita de juros será revertido para a base bruta. **d. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. Os ativos adquiridos por meio de combinações de negócios são reconhecidos inicialmente a valor justo na data de aquisição. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As taxas de depreciação também podem ser observadas na Nota 10. A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis desde a fase de construção e instalação até o início de operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação. Os terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Intangível:** Ativos intangíveis compreendem principalmente o direito de acesso, conforme mencionado na Nota 11, que têm vida útil definida e é mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver. O valor amortizável do ativo intangível com vida útil definida é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização é iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessárias para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração. As taxas de amortização dos ativos mencionados, podem ser observados, também na respectiva nota 11. O direito de acesso refere-se ao contrato firmado com as partes relacionadas Porto do Açu e Ferroport denominado Port Access Agreement, aditado em abril de 2013. Em 17 de setembro de 2015, o contrato foi aditado passando o direito de acesso da Porto do Açu à Vast Infraestrutura. O contrato tem como objeto principal a concessão, pela Ferroport, do direito de acesso às instalações portuárias do Terminal T1 ("T1") à Companhia, seus representantes e clientes. **f. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entrando essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. A Companhia atualmente opera dois terminais portuários com operações independentes e capacidade autônoma de geração de caixa. Dessa forma, cada terminal é considerado uma unidade geradora de caixa (UGC) distinta para fins de avaliação de recuperabilidade. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **g. Imposto de renda e contribuição social:** No Brasil, o imposto de renda do exerci-

cio corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 mil e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Em Luxemburgo, o imposto sobre o rendimento ("CIT") possui taxa de 17%, adicionado ao imposto municipal sobre as empresas ("MBT") à taxa de 6,75% no município de Luxemburgo e à contribuição para o fundo de desemprego à taxa de 7% da taxa do IRC. A carga fiscal global combinada do imposto sobre as sociedades situa-se, assim, em 24,94%. A Açu Petróleo Luxembourg está sujeita a um imposto anual sobre o patrimônio líquido ("NWT") a uma taxa de 0,5% para a faixa de patrimônio líquido até 500 milhões de euros e a uma taxa de 0,05% para a faixa de patrimônio líquido superior a 500 milhões de euros. A Açu Petróleo Luxembourg está também sujeita a um NWT mínimo, cujo montante depende da composição e do montante do balanço da Açu Petróleo Luxembourg. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil. Os valores contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apurados na moeda funcional (dólar americano) enquanto a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda local (real ou euro). Portanto, flutuações na taxa de câmbio podem afetar significativamente o valor do resultado do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecido em cada período, principalmente decorrente do impacto sobre os ativos não monetários e sobre variação cambial. **Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são estimados com base na reversão de diferenças temporárias. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseado-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **h. Moeda estrangeira:** Moeda estrangeira é qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia e transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pela taxa da transação ou pela taxa média mensal. Vide Transações em moeda estrangeira na Nota 3.a e 2.c.i. **Provisões:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas a cada data de reporte. **J. Receita de transbordo de petróleo e Serviços Portuários da TECMA:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente. A Companhia avalia os seus contratos com clientes e verificou as obrigações de performance e o preço da transação para cada obrigação de performance. O termo "obrigação de performance", no que se refere à norma contábil, diz respeito à obrigação da Companhia desempenhar a sua obrigação de repassar o controle do bem ou serviço ao cliente. Os contratos de transbordo de petróleo da Companhia, com exceção da Petrobras, possuem cláusulas de *take-or-pay*, com variação do número de operações para cada contrato. As cláusulas de *take-or-pay* são mecanismos contratuais que asseguram o recebimento de uma quantidade mínima de operações *double banking*, independentemente de sua realização física, caso o cliente não exerça o direito de realizá-las dentro do prazo estabelecido. Para estes casos, a Companhia reconhece as receitas de *breakage* (quebra) quando a probabilidade de o cliente exercer seus direitos é remota e para as operações *double banking* fiscais, as obrigações de *performance* são consideradas atendidas no momento da desconexão dos mangotes, ao final de cada operação, conforme previsão contratual. Desse modo, após satisfeitas as condições precedentes desta obrigação de *performance*, as receitas são reconhecidas de acordo com o preço identificado para cada contrato, ou seja, à medida que cada operação é realizada. Adicionalmente, em atendimento ao CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com clientes, a Companhia divulga, separadamente, os valores referentes às perdas por redução ao valor recuperável (reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros) sobre quaisquer recebíveis ou ativos de contrato provenientes de contratos da entidade com clientes, para os quais a entidade deve divulgar separadamente das perdas por redução ao valor recuperável de outros contratos. Adicionalmente, em 2024 a TECMA iniciou as operações do terminal e os serviços de armazenagem, especificamente relacionados ao manuseio de combustíveis marítimos, como o Marine Gas Oil (MGO). Isso inclui a gestão da infraestrutura para apoiar a eficiência das operações logísticas e de distribuição de combustíveis. Para as operações do terminal, a receita é reconhecida à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas para os serviços de manuseio, ou seja, na conclusão de cada operação de transferência, de acordo com os termos contratuais. **k. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver. O resultado por ação diluído é igual ao básico para todos os períodos apresentados, pela inexistência de transações com potenciais efeitos dilutivos. **l. Arrendamentos (IFRS 16 / CPC 06 (R2)):** A Companhia reconhece os contratos de arrendamento de acordo com o IFRS 16, que estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. Um contrato é classificado como arrendamento quando transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma contraprestação. No reconhecimento inicial, a Companhia registra um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuro do arrendamento, descontados pela taxa de juros implícita no contrato, se prontamente determinável, ou pela taxa incremental de captação da Companhia. O ativo de direito de uso inclui custos diretos iniciais e ajustes relacionados a pagamentos antecipados ou acumulados do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo de direito de uso é depreciado ao longo do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo, o que for menor, e está sujeito a testes de impairment, quando aplicável. O passivo de arrendamento é atualizado para refletir encargos financeiros, pagamentos do principal e quaisquer remensurações resultantes de modificações contratuais. O saldo de arrendamento é atualizado para refletir encargos financeiros, pagamentos do principal e quaisquer remensurações resultantes de modificações contratuais. A Companhia aplica isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo (com prazo inferior a 12 meses) e de baixo valor, arrendando os pagamentos correspondentes diretamente no resultado ao longo do prazo do arrendamento. É requerido julgamento significativo para determinar o prazo do arrendamento, considerando as opções de renovação e de rescisão quando for razoavelmente certo que serão exercidas. Adicionalmente, a determinação da taxa incremental de empréstimo envolve estimativas baseadas nas condições econômicas vigentes e no perfil de risco da Companhia. **m. Pronunciamentos novos ou alterados vigentes em 31 de dezembro de 2025:** A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissão e CBIO	Orientação contábil sobre reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono e instrumentos correlatos.	1º de janeiro de 2025
CPC 02 (R2) / IAS 21 e CPC 37 (R1) / IFRS 1	Alterações relacionadas à definição de moeda funcional e aspectos de conversão das demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2025
CPC 18 (R3) / IAS 28	Atualização do método da equivalência patrimonial, alinhada às alterações da IFRS.	1º de janeiro de 2025
ICPC 09 (R3) / IAS 27	Revisão da interpretação sobre demonstrações individuais, separadas e consolidadas e aplicação do MEP.	Vigente em 2025 (aprovado em 2024, aplicável em 2025)
Emendas ao IAS 21 - "Lack of Exchangeability" (convergência CPC 02)	Tratamento contábil para situações de ausência de conversibilidade de moeda.	1º de janeiro de 2025 (IFRS aplicável)

**n. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes: IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) serão divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. **Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: • IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública; • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).





**4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e depósitos bancários	256.355	9.784	258.673	12.812
Aplicações financeiras de curto prazo	1.791	1.637	118.509	190.659
	<b>258.146</b>	<b>11.421</b>	<b>377.182</b>	<b>203.471</b>

O montante de caixa e equivalentes de caixa inclui saldos mantidos em contas correntes e recursos aplicados em Fundos de Investimento em Renda Fixa, que possuem liquidez diária, as cotas são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A carteira de aplicações financeiras de curto prazo é composta principalmente por títulos de renda fixa emitidos pelo Banco Citibank.

**5. Títulos e valores mobiliários:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Nota de crédito vinculada ("CLN") (a)	-	-	3.023.788	3.636.106
Fundo cambial (b)	1.510	288.776	1.510	288.776
	<b>1.510</b>	<b>288.776</b>	<b>3.025.298</b>	<b>3.924.882</b>
Circulante	1.510	288.776	377.676	636.782
Não circulante	-	-	2.647.622	3.288.100

(a) A controlada Açú Petróleo Luxembourg utilizou os recursos emitidos pela nota de crédito vinculada ("CLN") junto aos bancos Itaú e Santander para enviar os recursos para a Vast, por meio de operação vinculada no Brasil e internalização do recurso no Brasil. Os bancos Itaú e Santander utilizaram os recursos cedidos pela Companhia, por meio dos instrumentos Nota de Crédito de Exportação (NCE) e Debêntures Cambiais respectivamente, conforme Nota 13. Adicionalmente, não esperamos ter qualquer perda com esse investimento uma vez que sejam pagos os compromissos vinculados. Esses instrumentos não obrigam os bancos a utilizar recursos próprios para realizar qualquer liquidação de valores de investimento, portanto, o pagamento por meio do instrumento Nota de Crédito de Exportação ("NCE") e debêntures cambiais são necessários para que os investimentos sejam liquidados. (b) Os títulos são classificados como valor justo por meio do resultado e referem-se exclusivamente ao fundo cambial do Banco BNP. Essas aplicações financeiras possuem vencimento em D+1, estão sujeitas a risco significativo de mudança de e são apresentadas no ativo circulante de acordo com a expectativa de realização.

**6. Depósitos vinculados:** Os depósitos vinculados da Vast referem-se a recursos mantidos com fins de garantias de empréstimos e seus valores só podem ser liberados conforme requerimentos dos contratos de financiamento. A Vast possui uma reserva em conta offshore junto ao Banco Citibank (em dólares norte-americanos) e outra reserva em conta onshore junto ao Banco BNP (em reais). Os saldos desses depósitos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 podem ser observados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Depósitos vinculados offshore	152.007	164.339
Depósitos vinculados onshore	81.980	87.264
	<b>233.987</b>	<b>251.603</b>

**7. Clientes:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber - circulante	180.633	112.858	182.996	114.526
(-) Perda de crédito esperadas	(13)	(114)	(13)	(114)
	<b>180.620</b>	<b>112.744</b>	<b>182.983</b>	<b>114.412</b>

As informações sobre a concentração de receita estão demonstradas no item Risco de Crédito na Nota 22. O aumento na variação do contas a receber deve-se principalmente ao maior volume de operações registradas em dezembro de 2025, com 26 operações faturadas em comparação a 13 operações no mesmo período de 2024. A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e a perda estimada para recebíveis, separados por níveis, de acordo com a data de vencimento desses recebíveis, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Nível de Risco	Rating <sup>(i)</sup>	2025		2024	
		Saldo Bruto	Taxa de perda (ii)	Saldo Bruto	Taxa de perda (ii)
Nível 1	A vencer	170.293	0,0%	114.526	0,1%
Nível 2	Vencidos até 30 dias*	12.703	0,1%	(13)	0,1%

i. Rating e Taxa de Perda interna da Companhia; ii. Após a reavaliação da política interna de classificação de risco e taxa de perda, a Companhia passou a reconhecer perdas apenas para itens vencidos. \* Esses valores foram integralmente recebidos no período subsequente, até a data de emissão destas demonstrações financeiras; portanto, não há expectativa de perda associada a esses saldos.

**Movimentação de perda de crédito esperadas**

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	(114)	(104)
Adições / Reversões	101	(10)
	<b>(13)</b>	<b>(114)</b>

**8. Impostos: a. Impostos a recuperar:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	34	-	34	-
<b>Total do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>34</b>	<b>-</b>	<b>34</b>	<b>-</b>
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	10.422	4.741	14.619	6.007
Contribuição social retido na fonte ("CSLL")	744	-	744	-
Imposto sobre serviços ("ISS")	1.552	475	1.552	474
Instituto Nacional do Seguro Social ("INSS")	1.921	-	1.921	-
Outros	3.276	44	4.303	489
<b>Total de impostos a recuperar</b>	<b>17.915</b>	<b>5.260</b>	<b>23.139</b>	<b>6.970</b>

**b. Impostos de renda diferido ativos e passivos:** Em 31 de dezembro de 2025, os impostos diferidos do consolidado totalizaram saldos passivos líquidos de R\$ 117.805 (R\$78.450 em 31 de dezembro de 2024).

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Impostos diferidos	-	-	-	-
Prejuízos fiscais	-	-	-	165
Base negativa de contribuição social	-	-	-	59
Diferenças temporárias:				
Provisão para participação nos resultados PLR	2.427	1.967	2.685	1.982
Perdas de créditos esperadas	-	38	-	38
Arrendamentos - CPC 06(R2) /IFRS 16	87	70	765	189
Provisões	9.128	10.311	9.416	10.971
Variação cambial - regime de caixa	38.109	169.433	38.110	169.433
Perda com renda variável	4.463	-	4.463	-
Outros	3.161	2.507	3.161	2.507
<b>Total dos ativos fiscais diferidos</b>	<b>57.375</b>	<b>184.326</b>	<b>58.600</b>	<b>185.344</b>
Diferença temporária Taxa de Depreciação	(16.574)	(15.203)	(17.532)	(15.203)
Efeito da moeda funcional sobre os ativos não monetários (a)	(154.409)	(243.670)	(154.409)	(243.670)
Ganho com compra vantajosa	(4.464)	(4.921)	(4.464)	(4.921)
<b>Total dos passivos fiscais diferidos</b>	<b>(175.447)</b>	<b>(263.794)</b>	<b>(176.405)</b>	<b>(263.794)</b>
<b>Total dos impostos passivos diferidos, líquidos</b>	<b>(118.072)</b>	<b>(79.468)</b>	<b>(117.805)</b>	<b>(78.450)</b>

(a) De acordo com o IAS 12, diferenças temporárias surgem quando alterações nas taxas de câmbio causam mudanças na base fiscal e não na base contábil. Essa situação geralmente ocorre quando uma entidade possui moeda funcional diferente da moeda do país em que está domiciliada. A moeda funcional da Companhia é o dólar americano, que é diferente da moeda do local onde a Vast está estabelecida, que é o real brasileiro. **c. Conciliação do imposto de renda - demonstração do resultado:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	277.650	123.438	281.221	128.470
Imposto de renda e contribuição a alíquota nominal (34%)	(94.401)	(41.969)	(95.615)	(43.680)
<b>Ajustes para derivar a alíquota efetiva:</b>				
Ajustes permanentes à base tributável	(9.941)	(8.180)	(7.281)	(20.346)
Efeito da moeda funcional sobre itens não monetários	63.053	(92.864)	57.924	(80.674)
Diferenças entre base de apresentação e fiscal*	(110.241)	197.336	(109.860)	193.894
Demais adições e exclusões	5.915	3.940	5.646	4.037
<b>Total do imposto de renda e contribuição social do período</b>	<b>(145.615)</b>	<b>58.263</b>	<b>(149.186)</b>	<b>53.231</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>(52%)</b>	<b>47%</b>	<b>(53%)</b>	<b>41%</b>
IR e CSLL corrente	(80.800)	(109.602)	(83.620)	(115.646)
IR e CSLL diferido**	(64.815)	167.865	(65.566)	168.877
<b>Total do imposto de renda e contribuição social do período</b>	<b>(145.615)</b>	<b>58.263</b>	<b>(149.186)</b>	<b>53.231</b>

(\*) A principal diferença entre o lucro na base fiscal e o lucro contábil na moeda de apresentação está relacionada a variação cambial não realizada apurada sobre os empréstimos, além de outros ativos e passivos em aberto denominados em dólar. (\*\*) A variação na despesa de imposto diferido em relação aos períodos está relacionada à oscilação do dólar: no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Real apresentou valorização de 11%, enquanto no mesmo período de 2024 houve desvalorização de 28%. Os principais itens que geram despesa de imposto diferido impactada pela variação cambial são: (i) a diferença entre a base fiscal de itens não monetários e esses saldos convertidos pela taxa histórica e (ii) a tributação, pelo regime de caixa, da variação cambial não realizada sobre os empréstimos e outros ativos e passivos em aberto denominados em dólar.

**9. Partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, são decorrentes de transações da Companhia, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Valores a receber</b>				
Circulante				
Contas a receber de partes relacionadas:				
AP Lux	295	331	-	-
TECMA LTDA.	2.085	272	-	-
	<b>2.380</b>	<b>603</b>	-	-

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos com partes relacionadas:				
Prumo Logística S.A. (a)	314.055	314.054	314.055	314.054
	<b>314.055</b>	<b>314.054</b>	<b>314.055</b>	<b>314.054</b>

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante	2.380	603	-	-
Não circulante	314.055	314.054	314.055	314.054

(a) A Vast concordou, nos termos e condições do contrato entre as partes, em fazer empréstimos sem juros e com prazo de vencimento indeterminado para a Prumo, sua controladora.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Valores a pagar</b>				
Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (a)	-	10.406	-	10.406
Reserva Caruara	717	129	717	129
Porto do Açú Operações S.A.	77	251	93	575
Prumo Logística S.A.	188	43	189	43
NFX Combustíveis Marítimos S.A. (Efen) (b)	26.844	42.303	26.844	42.303
	<b>27.826</b>	<b>53.132</b>	<b>27.843</b>	<b>53.456</b>
Circulante	12.615	26.288	12.632	26.612
Não circulante	15.211	26.844	15.211	26.844

(a) Em dezembro de 2025, a Ferroport deixou de ser considerada uma parte relacionada da Vast em decorrência da venda da participação que a Prumo detinha nesta Companhia. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, os saldos a pagar a Ferroport foram classificados na conta de fornecedores. (b) O valor refere-se à transação com a Efen (aquisição da TECMA). Os vencimentos das parcelas restantes são em 2026 e 2027.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Efeito no resultado</b>				
Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (a)	(96.963)	(80.241)	(96.963)	(80.241)
Porto do Açú Operações S.A. (b)	(857)	(518)	(1.024)	(518)
Prumo Logística S.A. (b)	(1.133)	(865)	(1.133)	(865)
NFX Combustíveis Marítimos S.A. (c)	(302)	-	(302)	-
	<b>(99.255)</b>	<b>(81.624)</b>	<b>(99.422)</b>	<b>(81.624)</b>

(a) O montante refere-se a custos com tarifas portuárias, reembolso de despesas com segurança patrimonial e SSO. (b) O montante refere-se a reembolso de custos de serviços compartilhados. (c) Refere-se a despesa com aquisição de combustível marítimo para embarcação de dragagem. A política de governança corporativa da Companhia exige que os membros do conselho de administração monitorem e gerenciem potenciais conflitos de interesses de executivos, membros do conselho, a fim de evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, em especial, transações inadequadas entre partes relacionadas. Os montantes referentes à remuneração dos membros chave da Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Pró-labore/Salários (*)	9.044	8.588
Bônus	6.636	6.208
Benefícios e encargos	3.557	3.441
	<b>19.237</b>	<b>18.237</b>

(\*) Inclui remuneração para membros da administração, conselho e comitês. **Contrato de Alocação de Ativos:** O Contrato de Alocação de Ativos, originalmente datado de 15 de julho de 2011, aditado e atualizado periodicamente pela Anglo American Brasil, pela Vast Infraestrutura e pelo Operador Portuário (Ferroport) e por outras partes, prevê a transferência de titularidade e propriedade do Operador Portuário para a Anglo Brasil de certos ativos, incluindo materiais e equipamentos, e, enquanto o ativo pertencer a Anglo Brasil, a Companhia concederá ao Operador Portuário o direito de operar e manter os ativos. Além disso, o Contrato de Alocação de Ativos rege a propriedade das Instalações Compartilhadas (caveale de acesso, pier de minério de ferro, quebra-mar, canal de acesso, bacia de torneamento e área de atracação), que são de propriedade conjunta (condomínio para o indivíduo) da Vast Infraestrutura, Operador Portuário e Anglo Brasil devido aos acordos de financiamento estabelecidos no contrato. A Companhia poderá movimentar, nas instalações portuárias, cargas que estejam previstas em sua autorização obtida perante ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários, excluído o minério de ferro. A prioridade de acesso e uso das instalações portuárias pela Ferroport abrange o

recebimento, armazenamento, manuseio e carregamento de minério de ferro de uma mina de propriedade ou de propriedade direta ou indireta da Anglo American e suas afiliadas. Em contraprestação ao direito de acesso e utilização das instalações portuárias, como canal de acesso e quebra-mar, a Companhia deverá pagar à Ferroport uma tarifa mensal. Em dezembro de 2025, a Prumo Logística, controladora da Companhia, concluiu a venda de sua participação na Ferroport, que, a partir dessa data, deixou de ser considerada parte relacionada da Companhia. **Pagamento baseado em ações da controladora:** Com o fechamento do capital em 2018 da controladora Prumo, esta substituiu o plano de pagamento baseado em ações e, no segundo trimestre de 2019, ofereceu a seus executivos direitos de valorização de ações, com liquidação em caixa, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração. Neste plano de remuneração com base em ações liquidável em caixa ("Phantom Options") para retenção dos executivos, pagável em caso de ocorrência de evento de liquidez na Prumo, a Companhia recebe os serviços como contraprestações dos direitos outorgados. Para a Vast, o plano mencionado é aplicável apenas a um executivo. As condições para aquisição dos direitos de valorização de ações incluem o transcurso de um período de 5 anos para atingir 100% dos direitos e em 31 de dezembro de 2025, o vesting médio era de 67% (em 31 de dezembro de 2024, 63% de vesting). Não houve exercício dos direitos em 31 de dezembro de 2025. A Companhia levou em consideração os termos e condições do plano, que exigem retornos esperados em caixa, para calcular o valor justo desses direitos e concluiu que não há efeitos relevantes a serem registrados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. **10. Imobilizado:** A composição do imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

	Controladora			
	Taxa anual de depreciação ponderada %	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Quebra Mar - T1	1,67	590.534	(91.753)	498.781
Pier - T1	1,67	346.976	(54.463)	292.513
Canal - T1	6,67	820.732	(454.449)	366.283
Benfeitorias	4	2.132	(1.143)	989
Instalações	10	8.132	(2.382)	5.750
Móveis e utensílios	10	1.755	(1.059)	696
Equipamentos de informática	20	8.894	(7.115)	1.779
Máquinas e equipamentos	10	328.095	(287.672)	40.423
Terrenos	-	142.194	-	142.194
		<b>2.233.603</b>	<b>(900.036)</b>	<b>1.333.567</b>

	Controladora			
	Taxa anual de depreciação ponderada %	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Adiantamentos para formação de imobilizado	-	1.545	-	1.545
Obras em andamento e equipamentos em construção	-	51.353	-	51.353
		<b>52.898</b>	<b>-</b>	<b>74.859</b>
		<b>2.286.501</b>	<b>(900.036)</b>	<b>1.386.465</b>

	Consolidado			
	Taxa anual de depreciação ponderada %	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Quebra Mar - T1	1,67	664.576	(92.191)	572.385
Pier - T1	1,67	390.480	(54.796)	335.684
Canal - T1	6,67	923.625	(440.322)	483.303
Benfeitorias	4	2.372	(1.288)	1.084
Instalações	10	9.152	(2.173)	6.979
Móveis e utensílios	10	1.975	(954)	1.021
Equipamentos de informática	20	9.158	(7.258)	1.900
Máquinas e equipamentos	10	366.850	(287.999)	78.851
Terrenos	-	142.194	-	142.194
		<b>2.510.382</b>	<b>(886.981)</b>	<b>1.623.401</b>

|--|



	Consolidado					Depreciação 2025
	Depreciação 2024	Adições	Baixas	Transfe-rências	Ajuste PPA conversão	
Quebra Mar - T1	(92.191)	(9.983)	-	-	10.421	(91.753)
Pier - T1	(54.796)	(5.857)	-	-	6.190	(54.463)
Canal - T1	(440.322)	(64.139)	-	-	50.012	(454.449)
Instalações portuárias	(606)	(2.126)	-	513	(20)	(2.239)
Benefetórias	(1.288)	(1)	-	-	146	(1.143)
Instalações	(2.173)	(451)	-	-	242	(2.382)
Móveis e utensílios	(955)	(219)	-	4	102	(1.068)
Equipamentos de informática	(7.258)	(673)	-	-	814	(7.117)
Máquinas e equipamentos	(288.024)	(32.657)	175	-	9	(287.853)
	<b>(887.613)</b>	<b>(116.106)</b>	<b>175</b>	<b>-</b>	<b>526</b>	<b>(902.467)</b>
	Consolidado					Depreciação 2024
	Depreciação 2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	Ajuste PPA conversão	
Quebra Mar - T1	(69.027)	(9.638)	-	7.164	(20.690)	(92.191)
Pier - T1	(40.565)	(5.654)	-	3.585	(12.162)	(54.796)
Canal - T1	(278.331)	(64.065)	-	(10.749)	(87.177)	(440.322)
Instalações portuárias	-	(692)	-	-	86	(606)
Benefetórias	(808)	(224)	-	-	(256)	(1.288)
Instalações	(1.322)	(440)	19	-	(430)	(2.173)
Móveis e utensílios	(595)	(197)	16	-	(180)	(955)
Equipamentos de informática	(5.355)	(507)	89	-	(1.485)	(7.258)
Máquinas e equipamentos	(197.826)	(30.937)	296	-	1	(288.024)
	<b>(593.829)</b>	<b>(112.354)</b>	<b>420</b>	<b>-</b>	<b>88</b>	<b>(887.614)</b>

(\*) Baixa contábil relacionada às despesas do projeto SPOT. O projeto consistia na construção de um parque de tanques e dutos conectado à rede de gasodutos existente no Brasil, no qual incorreram em despesas entre 2019 e 2024, principalmente relacionadas a projetos de engenharia, custos com pessoal dedicado ao projeto, processos de licenciamento e conformidade ambiental e consultorias especializadas. Em 2025, a administração analisou essas despesas e concluiu que é improvável que o projeto previamente concebido seja construído. Com base nos requisitos do CPC 27, é improvável que os benefícios econômicos futuros associados aos itens já capitalizados fluam para a Vast. O escopo de um novo projeto relacionado à atividade de parque de tanques a ser desenvolvido no futuro ainda está sendo redefinido pela Companhia. Como resultado, em dezembro de 2025, o total de aproximadamente R\$ 39 milhões foi baixado ao resultado do exercício. (\*\*) Do total das adições do ano, cerca de R\$ 80 milhões se referem aos gastos da obra do projeto TLA. (\*\*\*) Reclassificação entre imobilizado e intangível para melhor apresentação. **Redução ao valor recuperável:** De acordo com o CPC 01 (R1) / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia verifica anualmente se há potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo para redução de valor recuperável do ativo imobilizado.

**11. Intangível:** A composição do intangível da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Controladora					Saldo 2025
	Taxa anual de amortização (%)	Saldo 2024	Adições	Transfe-rência	Amorti-zação	
<b>Custo</b>						
Direito de acesso	3,54	89.182	-	-	(9.938)	79.244
Licença de software	20	5.419	336	-	(628)	5.127
Licença ambiental	-	14.447	-	(14.447)	-	-
Marcas e patentes	-	68	-	-	-	68
Outros	-	35	-	-	(4)	31
		<b>109.151</b>	<b>336</b>	<b>(14.447)</b>	<b>-</b>	<b>84.464</b>
<b>Amortização acumulada</b>						
Direito de acesso	-	(30.033)	-	(2.952)	3.420	(29.565)
Licença de software	-	(1.714)	-	(121)	196	(1.640)
		<b>(31.747)</b>	<b>-</b>	<b>(3.073)</b>	<b>3.615</b>	<b>(31.205)</b>
		<b>77.404</b>	<b>336</b>	<b>(14.447)</b>	<b>(3.073)</b>	<b>53.259</b>
<b>Taxa anual de amortização (%)</b>		<b>2023</b>				<b>2024</b>
Direito de acesso	3,54	69.724	-	-	19.458	89.182
Licença de software	20	3.941	308	-	1.170	5.419
Licença ambiental	-	-	-	14.447	-	14.447
Marcas e patentes	-	53	-	-	15	68
Outros	-	27	-	-	8	35
		<b>73.745</b>	<b>308</b>	<b>14.447</b>	<b>-</b>	<b>109.151</b>
<b>Amortização acumulada</b>						
Direito de acesso	-	(21.126)	-	(3.273)	(5.634)	(30.033)
Licença de software	-	(897)	-	(264)	(553)	(1.714)
		<b>(22.023)</b>	<b>-</b>	<b>(3.537)</b>	<b>(6.187)</b>	<b>(31.747)</b>
		<b>51.722</b>	<b>308</b>	<b>14.447</b>	<b>(3.537)</b>	<b>44.464</b>

	Consolidado					Saldo 2025
	Taxa anual de amortização (%)	Saldo 2024	Adições	Transfe-rência	Amorti-zação	
<b>Custo</b>						
Direito de acesso	3,54	89.182	-	-	(9.938)	79.244
Licença de software	20	4.242	336	-	(494)	4.084
Licença ambiental	-	14.447	-	(14.447)	-	-
Implantação de sistemas	-	1.177	-	-	(134)	1.043
Marcas e patentes	-	68	-	-	(6)	62
Combinação de negócios	-	12.833	-	-	(1.430)	11.403
Outros	-	35	-	-	(4)	31
		<b>121.984</b>	<b>336</b>	<b>(14.447)</b>	<b>-</b>	<b>95.867</b>
<b>Amortização acumulada</b>						
Direito de acesso	-	(30.001)	-	(2.952)	3.388	(29.565)
Licença de software	-	(1.714)	-	(121)	196	(1.639)
Combinação de negócios	-	(59)	-	(354)	13	(400)
		<b>(31.774)</b>	<b>-</b>	<b>(3.427)</b>	<b>3.597</b>	<b>(31.604)</b>
		<b>90.210</b>	<b>336</b>	<b>(14.447)</b>	<b>(3.427)</b>	<b>64.263</b>
<b>Taxa anual de amortização (%)</b>		<b>2023</b>				<b>2024</b>
Direito de acesso	3,54	69.724	-	-	19.458	89.182
Licença de software	20	3.941	308	-	1.170	5.419
Licença ambiental	-	-	-	14.447	-	14.447
Marcas e patentes	-	53	-	-	15	68
Combinação de negócios	-	27	-	-	8	35
		<b>73.745</b>	<b>13.141</b>	<b>14.447</b>	<b>-</b>	<b>121.984</b>
<b>Amortização acumulada</b>						
Direito de acesso	-	(21.126)	-	(3.273)	(5.602)	(30.001)
Licença de software	-	(897)	-	(264)	(553)	(1.714)
Combinação de negócios	-	-	-	(59)	-	(59)
		<b>(22.023)</b>	<b>-</b>	<b>(3.596)</b>	<b>(6.155)</b>	<b>(31.774)</b>
		<b>51.722</b>	<b>13.141</b>	<b>14.447</b>	<b>(3.596)</b>	<b>90.210</b>

(\*\*) reclassificação entre imobilizado e intangível para melhor apresentação. **Direito de acesso:** O ativo intangível que compreende o "direito de acesso" possui vida útil definida de 27 anos e é mensurado ao custo, líquido da amortização acumulada e de perdas por impairment, quando aplicável. A amortização desse ativo intangível teve início em outubro de 2014, com o início das operações do Terminal T1. Em 17 de setembro de 2015, o contrato foi aditado, transferindo o direito de acesso do Porto do Açúcar para a Vast Infraestrutura. **Redução ao valor recuperável:** De acordo com o CPC 01 (R1) / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia verifica anualmente se há potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo para redução de valor recuperável do ativo intangível.

	Terminal de Combustíveis Marítimos S.A. - Total		
	Vast Infraestrutura S.A.	Marítimos S.A.	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2025</b>	<b>3.196</b>	<b>43.910</b>	<b>47.106</b>
Amortizações	-	(7.773)	(7.773)
Ajuste de conversão	-	(778)	(778)
Baixas	-	(382)	(382)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.036</b>	<b>34.567</b>	<b>36.603</b>
	Terminal de Combustíveis Marítimos S.A. - Total		
	Vast Infraestrutura S.A.	Marítimos S.A.	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2025</b>	<b>2.874</b>	<b>44.910</b>	<b>47.784</b>
Baixas	-	(8.097)	(8.097)
Pagamentos	(1.000)	(3.902)	(4.902)
Juros incorridos	253	4.700	4.953
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.127</b>	<b>37.611</b>	<b>39.738</b>
Circulante	611	-	611
Não circulante	1.516	37.611	39.127

\* A Vast assinou um contrato de arrendamento de terreno com o Porto do Açúcar para a utilização nas atividades operacionais da TECMA e para a construção do TLA. O contrato possui prazo de 22 anos (267 meses) e prevê pagamentos mensais reajustados anualmente pelo índice IPCA.

	Controladora					Total
	2025					
	Vencimento	Moedas e taxas	Principal	Juros	Total	
Itaú - NCE	(ii)	7/10/2035	Dólar + 7,50% a.a.	1.702.816	61.064	1.763.880
Santander - Debêntures	(ii)	7/10/2035	Dólar + 8,01% a.a.	1.216.294	46.275	1.262.569
(-) Custo de transação				(30.644)	-	(30.644)
				<b>2.888.466</b>	<b>107.339</b>	<b>2.995.805</b>
Circulante				-	381.338	381.338
Não circulante				-	2.614.467	2.614.467
	Consolidado					Total
	2025					
	Vencimento	Moedas e taxas	Principal	Juros	Total	
Bond Itaú - NCE	(i)	13/07/2035	Dólar + 7,50% a.a.	2.919.117	102.169	3.021.286
Santander - Debêntures	(ii)	10/07/2035	Dólar + 7,50% a.a.	1.702.816	61.064	1.763.880
(-) Custo de transação				(131.024)	-	(131.024)
				<b>5.707.203</b>	<b>209.508</b>	<b>5.916.711</b>
				-	757.503	757.503
				-	5.159.208	6.391.280

(i) A controlada Açúcar Petróleo Luxembourg emitiu em janeiro de 2022 títulos de dívida no mercado internacional de capitais (Bonds) no valor total de US\$ 600.000, à taxa de 7,5% a.a. e vencimento em julho de 2035, por meio do Banco Goldman Sachs & Co LLC. O principal e juros são amortizados semestralmente, em janeiro e julho de cada ano. (ii) Os recursos da Emissão foram internalizados pela Vast por meio de Nota de Crédito à Exportação (NCE) adquiridas pelo Banco Itaú que estavam vinculadas às notas de crédito adquiridas pela Açúcar Petróleo Luxembourg conforme nota 5. O financiamento por Nota de Crédito à Exportação permitiu a internalização de US\$ 350.000 com financiamento com vencimento em julho de 2035, com taxa de juros de 7,5% ao ano. O principal é juros são amortizados semestralmente, em janeiro e julho de cada ano. (iii) Debênture cambial subscrita pelo Banco Santander, vinculada às notas de crédito adquiridas pela Açúcar Petróleo Luxembourg conforme nota 5. O financiamento via debêntures cambiais representou uma internalização no valor de US\$ 250.000. O principal e juros são amortizados semestralmente, em janeiro e julho de cada ano. **Divida líquida:** A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de garantir a continuidade de seus negócios no longo prazo.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures*	3.026.449	3.638.995	6.047.735	7.272.122
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(258.146)	(11.421)	(377.182)	(203.471)
(-) Títulos e valores mobiliários	(1.510)	(288.776)	(3.025.298)	(3.924.882)
Dívida líquida	<b>2.766.793</b>	<b>3.338.798</b>	<b>2.645.255</b>	<b>3.143.769</b>

\* Valor da dívida excluindo custo de transação. **Conciliação da movimentação patrimonial dos empréstimos, financiamentos e debêntures com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa				
Movimentação do ano	Saldo inicial	Captação / (Liquidação)*	Juros pagos**	Juros
2025	3.601.318	(192.465)	(248.141)	233.020
2024	2.921.416	(116.960)	(227.365)	242.311
				<b>Consolidado</b>
Fluxo de caixa				
Movimentação do ano	Saldo inicial	Captação / (Liquidação)*	Juros pagos**	Juros
2025	7.093.171	(395.545)	(482.828)	460.597
2024	5.740.081	(233.920)	(449.030)	474.875

\* O montante total de US\$ 72.718 (equivalente a R\$ 395.545) classificado como "Captações / (Liquidações)" na demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 refere-se à soma de duas amortizações de principal: US\$ 36.359 (Equivalente a R\$ 192.465) relativos a NCE / Debêntures e US\$ 36.359 (Equivalente a R\$ 203.080) relativos a Bonds. \*\* O montante total de US\$ 85.116 (Equivalente a R\$ 482.828) classificado como "Pagamento de juros" na demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 corresponde a US\$ 43.098 (Equivalente a R\$ 248.141) relacionados a NCE / Debêntures e US\$ 42.018 (Equivalente a R\$ 234.687) relacionados a Bonds.

**Garantias prestadas:** Até o cumprimento integral das obrigações dos Bonds pela Açúcar Petróleo Luxembourg, as Notas serão garantidas pelo seguinte pacote de garantias: • Aval da Vast no âmbito das Notas (Notas Guarantee); • Alienação Fiduciária de Ações e Usufruto Condicional de Ações da Vast; • Hipoteca de imóvel de titularidade da Vast; • Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios relativos a certos ativos e recebíveis da Vast, bem como de certas contas bancárias de titularidade da Vast; • Direct Agreement (regido por lei brasileira), celebrado entre Vast, Oiltanking Aqu Services Ltda. e Citibank para estabelecimento de cessão condicional relativa ao Operation and Maintenance Agreement celebrado em 24 de novembro de 2015 com a Oiltanking; • Certas contas da Vast; • Penhor das Ações da AP Lux (Share Pledge Agreement), regido por lei de Luxemburgo. Adicionalmente, a Companhia constituiu como garantia de reserva o montante de US\$ 27.626 (equivalente a R\$ 152.007) em contas no exterior junto ao Citibank e um montante de R\$ 81.980 em contas onshore depositadas em fundo cambial, totalizando R\$ 233.987. Tais reservas são mantidas em contas de garantia (Depósitos Vinculados) e só podem ser liberadas conforme requerimentos dos contratos de financiamento. **Cláusulas restritivas (Covenants):** Os contratos de financiamento da Companhia estabelecem determinadas obrigações contratuais ("covenants"), as quais devem ser observadas ao longo da vigência dos respectivos contratos. Os contratos vigentes preveem, essencialmente: • Covenants afirmativos, que compreendem obrigações de fazer, tais como manutenção de regularidade societária e fiscal, preservação de licenças e autorizações relevantes, manutenção de seguros adequados e cumprimento da legislação aplicável; • Covenants negativos, que impõem restrições, incluindo, entre outras, limitações à constituição de garantias adicionais, à contratação de determinadas dívidas, à realização de reorganizações societárias, à alienação de ativos relevantes e à distribuição de dividendos em determinadas circunstâncias; • Obrigações de informação, que envolvem a prestação periódica de informações financeiras, contábeis, operacionais e outras informações requeridas pelos credores; • Restrições específicas à realização de investimentos e à movimentação de recursos, incluindo, quando aplicável, destinação vinculada de recursos, manutenção de contas específicas e observância de fluxos previamente acordados contratualmente. A Companhia não possui covenants típicos de natureza financeira (tais como índices econômico-financeiros) cujo descumprimento poderia resultar em vencimento antecipado automático das obrigações, exceto em caso de inadimplemento de pagamento (principal, juros ou encargos) e demais hipóteses usuais de default previstas contratualmente. A Administração mantém procedimentos formais de monitoramento contínuo das obrigações assumidas, com o objetivo de assegurar seu cumprimento tempestivo e evitar a caracterização de eventos de inadimplemento que possam resultar no vencimento antecipado das obrigações. Esses procedimentos incluem: • acompanhamento sistemático de prazos de envio de informações e obrigações contratuais; • monitoramento das restrições aplicáveis a investimentos, distribuição de dividendos e movimentação de recursos; • comunicação tempestiva com credores, quando necessário, para esclarecimentos ou alinhamentos operacionais. Adicionalmente, os fluxos financeiros projetados são periodicamente revisados com o objetivo de assegurar a capacidade de cumprimento das obrigações contratuais assumidas, incluindo pagamentos de principal e encargos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia se encontrava em conformidade com as obrigações contratuais vigentes e não identificou eventos de descumprimento que pudessem causar o vencimento antecipado de suas dívidas.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ISS	319	1.921	355	1.949
ICMS	36	-	116	-
INSS	-	-	97	-
IRRF	-	-	14	-
PIS/COFINS/CSLL - Retenção	-	123	62	129
PIS/COFINS	6.025	10.437	6.170	10.600
Outros	8.400	901	9.135	910
	<b>14.780</b>	<b>13.382</b>	<b>15.949</b>	<b>13.588</b>
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	23.661	189	23.797
	-	<b>23.661</b>	<b>189</b>	<b>23.797</b>

**14. Impostos e Contribuições a recolher:**

**15. Contingências:** A Companhia faz parte de certos processos judiciais e administrativos. Dev



**21. Resultado por ação:** O cálculo do resultado por ação foi baseado no lucro líquido do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação. O resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico pela inexistência de efeitos potencialmente dilutivos nos períodos apresentados.

Controladora e Consolidado			
	2025	2024	
Lucro atribuído aos detentores de ações ordinárias	132.035	181.701	
Média ponderada de ações ordinárias em circulação no período	447.042.310	447.042.310	
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	0,2954	0,4065	

**22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e as respectivas classificações dos instrumentos financeiros (consolidado):

	2025			2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Nível	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Nível
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	377.182	-		203.471	-	
Títulos e valores mobiliários	3.023.788	1.510	II	3.636.106	288.776	II
Depósitos vinculados	152.007	81.980	II	164.339	87.264	II
Clientes	182.983	-		114.412	-	
Contas a receber de partes relacionadas	314.055	-		314.054	-	
Outros ativos circulantes	1	-		1	-	
	<b>4.050.016</b>	<b>83.490</b>		<b>4.432.383</b>	<b>376.040</b>	
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	83.179	-		40.002	-	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.916.711	-		7.093.171	-	
Contas a pagar com partes relacionadas	27.843	-		53.456	-	
Passivo de arrendamento	39.738	-		47.784	-	
Outros passivos circulantes	651	-		185	-	
	<b>6.068.122</b>	<b>-</b>		<b>7.234.598</b>	<b>-</b>	

**Valor justo:** O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo, conforme seguem as definições. **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos. **Nível 2** - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). **Nível 3** - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis. **Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado.** Os valores justos calculados pela Administração, apenas para referência, são de R\$ 6.047.735 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 7.272.122 em 31 de dezembro de 2024). Esse valor consiste em recursos provenientes da emissão de títulos e internalizados na Companhia através de uma operação de Nota de Crédito à Exportação ("NCE") adquirida pelo Banco Itaú e uma Debênture cambial subscrita pelo Banco Santander, e por ser um mercado exclusivo, é considerado como valor justo o valor contábil. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento dos mesmos, é considerado como valor justo o valor contábil. **Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia não detinha contratos de instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. A Companhia gerencia e controla as exposições a riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo que otimiza o retorno. **Risco de crédito:** A Companhia aloca uma pontuação de risco de crédito para cada exposição com base em dados que ela considera serem capazes de prever o risco de perda e na avaliação de crédito com base na sua experiência. As pontuações de risco de crédito são definidas utilizando fatores qualitativos e quantitativos indicativos do risco de inadimplemento, sendo consistente com as definições de classificação de crédito externas. O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações, a referência são os ratings das principais agências de risco utilizados no mercado: S&P, Moody's e Fitch, usando a avaliação e risco nacional para longo prazo. Abaixo estão relacionados os instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito:

	Consolidado 2025	2024
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	377.182	203.471
Títulos e valores mobiliários	3.023.788	3.636.106
Depósitos vinculados	152.007	164.339
Clientes	182.986	114.526
Contas a receber de partes relacionadas	-	-
Empréstimos a receber de partes relacionadas	314.055	314.054
Outros ativos circulantes	1	1
	<b>4.050.029</b>	<b>4.432.497</b>

Os montantes de perdas de crédito esperadas relacionados aos instrumentos financeiros mencionados na tabela acima estão apresentados na nota 7. O risco de crédito nos recebíveis geralmente não é diversificado devido ao número limitado de clientes com os quais a Companhia trabalha. Devido às operações da Companhia, a concentração e receita de Clientes são variáveis ao fim de cada período. A tabela a seguir representa uma composição das concentrações em relação ao total da receita no período:

Percentual de receita:	2025	2024
Shell	54%	55%
Petrochina	9%	5%
CNOOC	8%	5%
Total	7%	11%
Petrobras	6%	3%
Galp	5%	8%
Petronas	4%	3%
Outros	7%	10%

**Risco cambial:** A Companhia atua na gestão do risco cambial com o objetivo de identificar e mitigar os riscos associados à flutuação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, de forma a minimizar (ou mesmo evitar) o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedgê* natural. Como a moeda funcional da Companhia é o dólar norte-americano, que é diferente da moeda onde a Vast Infraestrutura está estabelecida, que é o Real, uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real frente ao Dólar norte-americano pode afetar a mensuração dos instrumentos financeiros, o patrimônio líquido e o resultado da Companhia. Esta análise de risco para a flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associadas aos ativos e passivos da Companhia considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras. **Risco de Liquidez:** A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em relação ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa e títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar passivos e posi-

ções de mercado. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2025:

Passivos financeiros	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	83.179	-	-	-	-	83.179
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	246.183	247.234	522.447	1.804.485	1.004.463	3.824.812
Bond (*)	243.366	244.543	517.479	1.793.914	1.002.812	3.802.114
Passivo de Arrendamento	2.494	2.359	5.599	16.800	83.762	111.014
<b>Total por faixa de vencimento</b>	<b>575.222</b>	<b>494.136</b>	<b>1.045.525</b>	<b>3.615.199</b>	<b>2.091.037</b>	<b>7.821.119</b>

\* Os valores de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo Bond) apresentados acima precisam ser analisados quanto à sua exposição ao risco de liquidez compensado por notas vinculadas a crédito (CLN), como mostrado abaixo:

Ativos Financeiros	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais do que 5 anos	Total
Notas vinculadas ao crédito (CLN)*	(243.366)	(244.543)	(517.484)	(1.793.920)	(1.002.779)	(3.802.092)
<b>Total por faixa de vencimento</b>	<b>(243.366)</b>	<b>(244.543)</b>	<b>(517.484)</b>	<b>(1.793.920)</b>	<b>(1.002.779)</b>	<b>(3.802.092)</b>

Para fins de comparação, os vencimentos contratuais dos passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2024 são os seguintes:

Passivos financeiros	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	40.002	-	-	-	-	40.002
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	217.319	274.703	555.282	1.844.587	1.904.504	4.796.395
Bond (*)	213.932	271.397	549.084	1.830.121	1.899.630	4.764.164
Passivo de Arrendamento	2.903	2.903	5.618	16.232	82.053	109.709
<b>Total por faixa de vencimento</b>	<b>474.156</b>	<b>549.003</b>	<b>1.109.984</b>	<b>3.690.940</b>	<b>3.886.187</b>	<b>9.710.270</b>

Ativos Financeiros	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Notas vinculadas ao crédito (CLN)*	(213.325)	(271.693)	(548.799)	(1.830.586)	(1.899.426)	(4.763.829)
	<b>(213.325)</b>	<b>(271.693)</b>	<b>(548.799)</b>	<b>(1.830.586)</b>	<b>(1.899.426)</b>	<b>(4.763.829)</b>

**Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros:** A Companhia, em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) /IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data do balanço, conforme abaixo. Como a moeda funcional da Companhia é o dólar, os valores expostos em reais da tabela abaixo remetem aos valores em dólares reconvertidos para a moeda de apresentação.

	Fator de Valores expostos em 2025	Cenário 25% (i)	Cenário 50% (ii)	Cenário 25% (iii)	Cenário 50% (iv)
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ 377.182	471.478	565.773	282.887	188.591
Clientes	R\$ 182.983	228.729	274.475	137.237	91.492
Empréstimos com partes relacionadas	R\$ 314.055	392.569	471.083	235.541	157.028
	<b>874.220</b>	<b>1.092.776</b>	<b>1.311.331</b>	<b>655.665</b>	<b>437.111</b>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	R\$ 83.179	103.974	124.769	62.384	41.590
Outras contas a pagar com partes relacionadas	R\$ 27.843	34.804	41.765	20.882	13.922
Passivo de arrendamento	R\$ 39.738	49.673	59.607	29.804	19.869
	<b>150.760</b>	<b>188.451</b>	<b>226.141</b>	<b>113.070</b>	<b>75.381</b>
	<b>5.5024</b>	<b>6.8780</b>	<b>8.2536</b>	<b>4.1268</b>	<b>2.7612</b>

Cotação do dólar americano (I) Aumento de 25% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2025. (II) Aumento de 50% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2025. (III) Diminuição de 25% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2025. (IV) Diminuição de 50% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2025.

**23. Ganho por compra vantajosa:** Em outubro de 2024, a Vast concluiu o processo de obtenção de 100% da TECMA. Após um processo de negociação complexo, envolvendo diversos fatores estratégicos e comerciais entre a Efen e seus acionistas, Prumo e BP Global Investments Limited ("bp"), foi estabelecido um preço de venda de R\$ 85 milhões para a TECMA, inferior ao seu valor contábil (registrado, à época, em R\$ 107 milhões), caracterizando a existência de ganho por compra vantajosa. Conforme requerido pelo IFRS 3, a Companhia realizou uma análise criteriosa a fim de assegurar que todos os ativos adquiridos e passivos assumidos foram corretamente identificados e mensurados, considerando todos os aspectos da transação de forma a refletir adequadamente as informações disponíveis na data da aquisição. Após a conclusão dessas análises, foi confirmado o ganho por compra vantajosa no montante de R\$ 14 milhões, reconhecido ao final de 2024.

**24. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratação de seguros para seus ativos, lucros cessantes e riscos de possíveis danos causados a terceiros em decorrência de suas operações, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras Companhias de dimensão semelhante operando no setor. Em 31 de dezembro de 2025, os principais riscos cobertos são:

	2025	2024
<b>Riscos operacionais</b>		
Danos materiais	692.856	575.735
Responsabilidade Civil	1.155.482	1.243.457
Lucros Cessantes	644.083	619.230
Risco de danos ao meio ambiente	290.119	324.613

**25. Eventos subsequentes: Pagamento semestral de Bonds:** Em janeiro de 2026, a Companhia realizou o oitavo pagamento semestral de títulos de dívida no montante de US\$ 19.894 (equivalente a R\$ 107.191) e a sétima amortização do principal no montante de US\$ 24.335 (equivalente a R\$ 131.116), em conformidade com o cronograma de pagamentos previsto pela curva-alvo, totalizando US\$ 44.229. **Novo cliente:** Em janeiro de 2026, a Companhia comunicou a celebração de um novo contrato para a prestação de serviços de borsbond de petróleo no terminal do Porto do Açu com a ExxonMobil Exploração Brasil Ltda..

**Composição do Conselho de Administração**

Em 31 de dezembro de 2025  
 Pedro Pullen Parente - **Presidente**  
 Rogerio Sekeff Zampronha - **Vice-Presidente**  
 Jorge Marques de Toledo Camargo - **Membro do Conselho**  
 Carlos Tadeu da Costa Fraga - **Membro do Conselho**  
 Flavio Bernardo Luna do Valle - **Membro do Conselho**  
 Ana Clara Carvalho - **Membro do Conselho (Suplente)**  
 Patricia Helena Fonseca Garcia - **Membro Independente do Conselho**

**Composição da Diretoria**

Victor Jorge Snabaitis Bomfim - **Diretor Presidente**  
 Nicholas John Burridge - **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**  
 Eduardo Pereira Goulart - **Diretor Comercial**  
 Adriano Truffi Lima - **Diretor de Sustentabilidade**  
 Alfredo Nilton Lafuente Covarrubias - **Diretor de Engenharia, Manutenção e Operação**

**Contador**

Mariana Begossi - **Gerente de Controladoria** - CRC RJ 094602/O

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

Os Diretores e Acionistas da Vast Infraestrutura S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Vast Infraestrutura S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Porque é um PAA** **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

**Empréstimos, financiamentos e debêntures, e suas cláusulas restritivas (Nota 13)**  
 Em 31 de dezembro de 2025, os saldos consolidados de empréstimos, financiamentos e debêntures reconhecidos no passivo circulante e não circulante totalizaram, respectivamente, R\$ 757.503 mil e R\$ 5.159.208 mil, representando conjuntamente 94% do total do passivo. A Companhia e suas controladas apresentam um alto nível de alavancagem financeira, sendo os saldos desses empréstimos, financiamentos e debêntures materiais para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Além disso, os custos financeiros têm impacto significativo nos resultados da Companhia. A Companhia e suas controladas estão também sujeitas a cláusulas financeiras restritivas vinculadas aos seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. O descumprimento de determinadas cláusulas pode resultar na antecipação do vencimento dessas dívidas. Devido à magnitude dos saldos envolvidos, a relevância dos custos financeiros, e às potenciais consequências relacionadas ao descumprimento das cláusulas restritivas, este tema exigiu atenção significativa dos auditores e, portanto, foi considerado um tema de foco em nossa auditoria.

**Outros assuntos - Mudança de auditor - Relatório anterior não modificado: Valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 13 de março de 2025, sem ressalvas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas**

**demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas da tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 2 de março de 2026. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-5 **Valter Vieira de Aquino Junior** - Contador - CRC 1SP263641/O-0**

